

**MEDIADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA  
ABORDAGEM FOCADA NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS  
NO BRASIL**

**Ana Paula Alves Silva Abou Lteif**

Geógrafa, Mestre em Extensão rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

([anapaulalteif@yahoo.com.br](mailto:anapaulalteif@yahoo.com.br))

**Marcelo Miná Dias**

Professor Adjunto do Departamento de Economia rural UFV

([minad@ufv.br](mailto:minad@ufv.br))

**Nora Beatriz Presno Amodeo**

Professora Adjunta do Departamento de Economia rural UFV

([presnoamodeo@ufv.br](mailto:presnoamodeo@ufv.br))



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais**  
**Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales**  
**Cultura, Innovación y Territorio**

**Coimbra, Portugal**

**Outubro / Octubre 23-25, 2008**

**Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território**

## Resumo

*O presente artigo traz uma abordagem histórica sucinta sobre a trajetória das entidades não pertencentes à institucionalidade pública, que compartilhavam da missão de “ajuda” aos pobres e oprimidos, que inicialmente se diziam estar a “serviço dos movimentos populares” e de “costas para o Estado”, já que surgem em função dos limites de atuação do Estado, até se transformarem no que atualmente é conhecido sob a nomeação de organizações não-governamentais (ONGs). Nesse sentido, será dado destaque aos mediadores sociais atuantes no meio rural brasileiro, sobretudo as ONGs que se dedicam ao desenvolvimento rural, buscando entender quem são esses atores que atuam na mediação de conflitos através da assessoria técnica e política aos grupos “sem voz nem vez”. De modo generalizado, aborda-se a maneira com que as ONGs se relacionam com seu público, por meio de suas propostas, projetos e influências diversas. Entende-se que essa discussão é importante, haja vista a diversidade, a quantidade e a profunda inserção de organizações deste tipo que atuam no meio rural brasileiro na condução de processos vinculados ao desenvolvimento. Pressupõe-se ainda que a atuação dos mediadores sociais tem o potencial de desencadear um processo de ação reflexiva por parte dos atores envolvidos criando oportunidades políticas para realizar mudanças sociais desejadas.*

**Palavras-chave:** Organizações não-governamentais, mediadores sociais, desenvolvimento rural.

### 1. Introdução

Este artigo traz para o centro da discussão os mediadores sociais atuantes no meio rural brasileiro, especificamente as organizações da sociedade civil que atuam na condução de processos políticos vinculados ao desenvolvimento rural. Dentre esses mediadores sociais, serão abordadas com destacada atenção as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que se dedicam à temática do desenvolvimento rural, buscando compreender basicamente as motivações para a emergência, o papel que cumprem e a identidade que estas organizações constroem no Brasil, narrando um pouco da trajetória que percorrem. Pressupõe-se que a atuação dos mediadores sociais tem o potencial de desencadear um processo de ação reflexiva por parte dos atores envolvidos criando oportunidades políticas para realizar mudanças sociais desejadas.

Assim, será realizada uma breve revisão do surgimento das ONGs especialmente no Brasil e de seus significados, no que tange a construção social de alternativas de promoção do desenvolvimento, bem como de outras organizações que estabelecem a mediação e estão diretamente envolvidas com a proposição do desenvolvimento rural.

#### 1.1 Do assistencialismo cristão à ação política da sociedade civil organizada: a emergência das ONGs.

Originalmente, o termo organização não-governamental (ONG) foi utilizado na Carta das Nações Unidas, em meados da década de 1940, fazendo referência às diversas organizações da sociedade que estivessem dispostas a colaborar com projetos filantrópicos em caso de situações emergenciais, ou com projetos assistenciais em países pobres (DIAS, 2004). Tais organizações contavam, nesse primeiro momento, com a cooperação financeira de instituições públicas<sup>1</sup> para executar projetos de interesse social nos países de “terceiro mundo” dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade” (GOHN, 1997).

Estas organizações da sociedade civil foram se constituindo como organizações privadas com finalidade pública. Não consistiam em instituições de caráter público, visto que eram “organizações voluntárias privadas” sem fins lucrativos, porém tinham em sua ação a intencionalidade de promover o bem público, mesmo que restrito a uma área temática e a uma comunidade específica.

O termo ONG, segundo Sherer-Warren (1995) está conceitualmente associado a organizações formais que dispõem de certa institucionalidade, sendo compreendidas como entidades privadas, autogovernadas com estatuto e regras próprias, o que as distingue institucionalmente do Estado. Entretanto, possuem finalidade pública, podendo contar com alguma participação voluntária em seus quadros. Podem ainda ser definidas quanto aos seus objetivos como organizações que se propõem a:

realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SHERER-WARREN, 1995, p.165).

Na América Latina, a emergência das ONGs está historicamente ligada às organizações que se identificavam por prestar “assessoria e apoio” ou estar “a serviço dos movimentos populares” muitas dessas atuando durante as décadas de 1960 e 1970 através dos “centros populares” de educação, promoção, assistência, assessoria, e outros serviços. Somente nas duas décadas seguintes, que as entidades ambientalistas se apropriaram do termo ONG juntamente com os “centros populares”, como autodenominação. As ONGs latino-americanas foram designadas de ONGs de desenvolvimento usualmente por fazer a intermediação entre as agências financiadoras do Norte (países desenvolvidos) e o público-alvo das ações, atendido na “base” dos países em desenvolvimento (SHERER-WARREN, 1995). Pode-se dizer que as ONGs dos países subdesenvolvidos fazem não somente a transferência de capital monetário das entidades e agências financiadoras do Norte até o público beneficiário, mas trazem também, um pouco a nível discursivo, suas ideologias e demandas sedimentadas, que não necessariamente combinam com as dos beneficiários, já que para terem seus projetos aprovados pelos financiadores, devem necessariamente atender as expectativas e intenções destes. Isso leva a refletir sobre a autonomia das ONGs, discussão que será retomada posteriormente.

No Brasil, a atuação de entidades não pertencentes à institucionalidade pública, que compartilhavam a missão de “ajuda” aos pobres e oprimidos, freqüentemente estiveram vinculadas à Igreja Católica. Tais entidades se caracterizaram num primeiro momento pelo assistencialismo de suas práticas. Entretanto, mudanças na orientação vocacional da Igreja ocorrem devido ao novo direcionamento dado pelo Concílio Vaticano II em 1965, confirmado pelas Conferências do

---

<sup>1</sup> Landim (1993) menciona que no Brasil a idéia do “desenvolvimento comunitário”, latente na década de 1950, permeava diversos programas e convênios firmados entre o governo brasileiro, fundações privadas e entidades governamentais norte-americanas.

Episcopado Latino-Americano em Medellín em 1968 e Puebla em 1979. A partir desse momento, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) irá se pronunciar por meio de diretrizes internas, afirmando a opção da Igreja pelos pobres, que desde então, passam a ser vistos como sujeitos de sua própria libertação<sup>2</sup>. Dessa forma, tais entidades foram gradativamente incorporando idéias relativas à emancipação social, reflexão da realidade imediata e formação da consciência crítica dos oprimidos como meios necessários para a mudança social (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

A mediação da Igreja progressista no Brasil com as “bases populares” no contexto do período militar perpassava principalmente pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As CEBs, apoiadas na Teologia da Libertação, constituíam espaços de reflexão e socialização política, e a CPT atuava diretamente nos conflitos fundiários e na organização dos trabalhadores na luta pela terra. Por meio de ações quase invisíveis, porém disseminadas por todo território nacional, foram construindo uma forte oposição à repressão, ao cerceamento de liberdades, e ao projeto de desenvolvimento que remetiam diretamente à figura do Estado. Ambos os atores, articulados aos centros populares<sup>3</sup> de educação existentes no país em que a pedagogia de Paulo Freire era referência, e aos movimentos populares, formavam forças sociais atuantes na transformação da realidade social do país (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

As primeiras ONGs no Brasil serão resultantes da atuação, ainda durante o período militar, de entidades pioneiras cuja categoria “popular” estava presente enquanto identidade, formadas basicamente por pessoas ligadas à Igreja e, ideologicamente à corrente de oposição à ditadura militar, que genericamente podem ser identificadas à esquerda do espectro político. Os centros populares vão gradativamente superando o assistencialismo cristão e fazendo a opção pelo ativismo político. Isso ocorre já na segunda metade da década de 1970, quando passam a fazer parte de seus quadros, profissionais cujas trajetórias não estavam exclusivamente coladas à instituição Igreja. Desse modo, vão ganhando progressivamente espaço nessas organizações, ativistas de esquerda, marxistas, acadêmicos e ex-exilados políticos que após ter contatos e experiências com agências financiadoras na época do exílio, garantem maior legitimidade, conhecimento e facilidade para fazer as intermediações com as financiadoras. A partir de então se iniciam os primeiros passos na direção da construção da nomeação ONG. No entanto, nesse momento ainda não havia o reconhecimento do termo ONG para identificar um conjunto de entidades com características próprias, já que não existia a representação de pertencimento a esse universo institucional particular. Segundo Landim (1993, p.222), as ONGs não nascem ONGs, “eram, na sua quase totalidade, instituições de forte relação com as Igrejas, fundamentalmente a católica, dedicando-se a trabalhos de fundo assistencial e pedagógico ao nível de pequenas comunidades”.

Dessa forma, as ONGs aparecem inicialmente como entidades militantes de caráter não-partidário, surgindo em função dos limites de atuação do Estado, constituindo uma identidade opositora a este, aliadas aos movimentos sociais e às organizações de setores progressistas da Igreja, com os quais partilhavam idéias e objetivos e construíam propostas de atuação. Esses atores em conjunto, devido à leitura crítica que faziam dos processos de desenvolvimento promovidos pelo

---

<sup>2</sup> Até a década de 1960 a Igreja Católica procurava exercer influência no campo político por meio dos partidos democratas cristãos e de movimentos sociais como a Ação Católica. Após o Concílio do Vaticano II, a Igreja volta-se para o social, passando a ser agente ativo na organização da sociedade civil, através das pastorais e das CEBs (GOHN, 2006).

<sup>3</sup> De acordo com Sherer-Warren (1995) os “centros” eram espaços de maior autonomia em relação a hierarquia eclesial e abrigavam militantes de esquerda para um trabalho diferenciado de mediação junto as camadas populares.

Estado e tendo em vista a conjuntura política do período militar, entendiam que a organização, o fortalecimento político e a conscientização dos excluídos e marginalizados eram condições primordiais para modificar a realidade social desfavorável destes (LANDIM, 1993; DIAS, 2004).

A partir de meados da década de 1980, com a crescente implementação de políticas de descentralização do poder público e a reorientação das políticas internas de financiamento, as ONGs intensificam sua ação como atores participantes da condução de processos de desenvolvimento, ampliando sua atuação para áreas que eram originalmente de responsabilidade quase exclusiva do Estado (KIENER, 2001). Dentre as instituições financiadoras, agências multilaterais como o Banco Mundial passa a priorizar seus investimentos em ONGs do “terceiro mundo”, fundamentado na percepção que tais instituições constituíam estruturas menos burocratizadas e mais eficientes que as agências governamentais facilitando a implementação dos processos de desenvolvimento em que a dimensão social deste estivesse garantida.

Contudo, somente a partir da década de 1990 que as ONGs irão conquistar maior visibilidade na sociedade, apesar de desde meados da década de 1980 virem construindo um nome, uma identidade política como mediadores da organização política de setores sociais marginalizados. A categoria ganha reconhecimento com a fundação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em 1991, e certa popularidade com o Fórum Brasileiro preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Ambiente e Desenvolvimento, congregando no ano de 1992 mais de mil entidades de todo o Brasil. Um dos marcos para a institucionalização das ONGs foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, com ampla divulgação da mídia, o que foi favorável para que conquistassem o reconhecimento público. Os eventos associados à conferência citada, também conhecida como Eco-92, propiciaram espaços de intensa participação de diversas entidades e organizações de movimentos sociais, que na oportunidade verbalizaram sua oposição quanto aos rumos do desenvolvimento e demais demandas da sociedade civil organizada. Segundo Landim (1993, p.76) “o conjunto de eventos que constituiu a Eco-92 teve óbvio efeito consagrador da categoria”. Tendo em vista a diversidade de organizações participantes do Fórum, houve grande aceitação da proposição do termo ONG em referência ao conjunto das entidades participantes, mesmo em se tratando de um termo flexível e polissêmico, era condizente e expressava bem a realidade que então se apresentava (LANDIM, 1993).

No final dos anos 1980 e durante os anos 1990, as mudanças manifestadas no cenário político do país, algumas já mencionadas, fizeram com que as ONGs buscassem outras parcerias e estabelecessem outras redes de relacionamentos para além dos movimentos sociais e organizações da ala progressista da Igreja Católica. É dessa forma que, de acordo com Gohn (1997, p.57), “as ONGs deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações com o Estado e a sociedade civil”. A “nova era” caracterizou-se pela redução dos investimentos públicos na área social, ditados em grande parte pelo neoliberalismo e pela diminuição da cooperação internacional que passou a direcionar seus investimentos para outros continentes. Devido à conjuntura política desfavorável aos financiamentos externos, as ONGs buscaram sua sobrevivência institucional, aproximando-se do Estado a partir dos anos 1990, estabelecendo alianças, parcerias, convênios, participando de projetos por ele financiados e adquirindo relativo afastamento em relação aos movimentos sociais.

As ONGs, segundo Novaes (1994), têm na mediação a sua razão de ser, elas são espaços por excelência de formação de profissionais da mediação, recebendo quadros de profissionais da Igreja e freqüentemente fornecendo profissionais para assessorias a movimentos, sindicatos de representação

de trabalhadores urbanos e rurais. Estas organizações como diversas outras da sociedade civil, e mesmo instâncias do Estado, desempenham freqüentemente o papel de mediadores sociais, formando opiniões, legitimando reivindicações e atuando na condução de ações sociais coletivas. O mediador na conceituação de Senna Filho (1994):

É o agente social que, atuando junto aos movimentos sociais, a partir dos valores destes e através da prestação de atividades, consubstancia uma assessoria, um discurso da necessidade de elaboração de sociedade, em face das carências de toda ordem compartilhadas, e de forma a levar os movimentos à superação de suas debilidades e à realização de seus projetos. A mediação, assim, ocorre quase sempre de forma implícita, e é um trabalho político.

A mediação é aqui entendida, entre outras definições apresentadas, como um processo de intervenção numa dada realidade social com fins a promover mudanças ou reforçar símbolos e reafirmar valores na estrutura social existente. Ressalta-se que o processo de mediação traz uma proposição de ação social cuja implicação dependerá do grupo de interesse que o mediador representa e do objetivo pelo qual media, podendo conduzir tanto para o continuísmo, para a reprodução de práticas sociais desiguais, como para o questionamento da dominação e a transformação social. A mediação para alguns teóricos pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre grupos sociais, já que como nos lembra Brandão (1984) quem conduz a mediação é um agente externo às relações sociais e simbólicas do grupo representado. Para Novaes (1994, p.178) ser mediador implica em “ser ponte, estar entre e fazer o meio de campo”, a mediação apresenta-se ainda como uma possibilidade de “traduzir e/ou introduzir falas e linguagens”. Assim, a mediação pode ser associada à idéia de uma ponte que permite a interação de grupos distintos com vistas ao diálogo e a produção de consensos.

## 1.2 Das organizações de base às ONGs de desenvolvimento rural

As ONGs que fazem a mediação no espaço rural brasileiro se originaram, em grande parte, das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, criadas em sua maioria na década de 1980, advindas de grupos nascidos dentro das pastorais da Igreja Católica e Protestante, influenciadas por setores progressistas como as CEBs e a CPT. Para Gohn (1997, p.143) “a pedagogia da igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese”. Tais organizações, que mais tarde surgirão sob a denominação de ONGs de desenvolvimento rural, se dedicarão a temática do desenvolvimento se colocando a serviço de setores da sociedade que estiveram historicamente à margem da modernização no meio rural e ao mesmo tempo sofrendo os efeitos da parcialidade desta (GOHN, 1997; ALMEIDA e PETERSEN, 2004).

O termo “ONG de desenvolvimento” se afirma em função da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que trazia como eixo principal de discussão os temas do ambientalismo e do desenvolvimento. Nessa ocasião, as entidades pioneiras de “assessoria e apoio aos movimentos populares” se redefiniram e auto-afirmaram como ONGs de desenvolvimento. Segundo Landim (1993, p.73) “coube às entidades de assessoria e apoio aos

movimentos populares – junto às organizações e movimentos aos quais se ligam – aprofundar o discurso crítico sobre os modelos de desenvolvimento”, já as entidades ambientalistas e diversos outros grupos ecologistas que participavam do evento, se definiram como ONGs ambientalistas.

As ONGs que trabalham a questão do desenvolvimento no meio rural possuem uma proposta de intervenção que é adjetivada de alternativa, isto é, elas propõe um modelo alternativo de desenvolvimento ao que é engendrado pelo Estado e que é por elas denominado de hegemônico. Este modelo de desenvolvimento hegemônico sedimentou-se na agricultura, por meio da difusão de inovações e transferência de tecnologias que foi a forma basilar de intervenção do modelo agrícola químico-mecanizado, também nomeado de moderno ou convencional, impulsionado pela Revolução Verde a partir da década de 1950.

Inicialmente, as ONGs de desenvolvimento rural traziam como proposta para seu público preferencial as “tecnologias alternativas” em contraposição àquelas difundidas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, disseminado por todo o mundo (ALMEIDA, 1997). As tecnologias alternativas pesquisadas, experimentadas e difundidas pelas ONGs de desenvolvimento rural eram também denominadas de tecnologias apropriadas ou tecnologias socialmente apropriadas<sup>4</sup> pois, acreditava-se que propiciavam maior autonomia aos “pequenos produtores”. Só mais tarde as ONGs irão ampliar o entendimento da possibilidade de construir outro modelo de agricultura para além das técnicas e tecnologias, iniciando uma abordagem e entendimento mais sistêmico da realidade. Posteriormente, com o amadurecimento de suas propostas e demandas diversas, em função da trajetória percorrida até então, algumas irão optar pela agroecologia como base epistemológica norteadora de suas ações.

No plano discursivo, as ONGs de desenvolvimento rural tinham como premissa básica de ação a idéia de que a pesquisa e o desenvolvimento na agricultura devem operar a partir da base, “de baixo para cima”, partindo da realidade existente, isto é, das necessidades, aspirações, conhecimentos e recursos da população local (ALTIERI e MASERA, 1997).

Muitas das ONGs de desenvolvimento rural nascem a partir das críticas corroboradas pelas reais consequências sociais negativas provocadas modelo de agricultura convencional e de reflexões sobre possibilidade de reverter esse processo de desenvolvimento que forma que atendessem as necessidades dos “pequenos agricultores”.

Comungando desses princípios, uma das organizações pioneiras em ações direcionadas ao desenvolvimento rural, foi a ONG FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), atuando principalmente na formação política dos trabalhadores. A partir de 1983, a FASE estrutura um projeto de tecnologia alternativa, conhecido sob a sigla PTA, propondo a constituição, em diversas regiões do país, de equipes de profissionais para assistência técnica a uma parcela preferencial de agricultores. O PTA visava inicialmente pesquisar e difundir tecnologias alternativas<sup>5</sup>, optando por tecnologias que fossem mais apropriadas às possibilidades e limitações da “pequena produção”, selecionando para acompanhamento experiências em agricultura alternativa que estavam em curso no país. Pouco depois surge a demanda por parte de técnicos e agricultores de se

---

<sup>4</sup> A noção de tecnologia socialmente apropriada, certamente deve ter surgido do conceito de “tecnologias apropriadas” formulado por Ernest Frederick Shumacher, elaborado no livro “O negócio é ser pequeno” referência teórica para o trabalho de organizações que trabalham com agricultura alternativa. Para Shumacher, os métodos e instrumentos de produção devem ser desenvolvidos de modo a adequá-los às diferentes realidades do país ou região, sendo primordialmente acessíveis para as populações de baixa renda.

<sup>5</sup> Esses atores sociais possuíam como premissa que as tecnologias empregadas não eram adequadas às condições dos agricultores menos capitalizados. Sabiam que era necessário buscar por alternativas tecnológicas, mas ao mesmo tempo, havia uma indefinição de que tecnologia seria esta. Nessa incerteza, a opção pelo “saber camponês” freqüentemente foi seguida.

construir uma estrutura para sistematização, experimentação e demonstração das tecnologias alternativas, que deveria funcionar tal qual uma pequena propriedade rural. A partir desta demanda são criados Centros de Tecnologia Alternativa (CTA)<sup>6</sup> em diversas regiões do país. A partir de 1984 começa a tornar realidade os encontros regionais e locais de agricultura alternativa para troca de experiências e a constituição de uma Rede Nacional de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, congregando diversas ONGs afins (DIAS, 2004). A partir de então, é ampliada a quantidade e a abrangência destas organizações no meio rural brasileiro.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, quando os impactos ambientais associados a esse modelo entram na pauta de reivindicações de determinados setores da sociedade, as ONGs incorporam o discurso de cunho ambientalista e passam a reivindicar também um desenvolvimento que respeitasse os limites da natureza, um desenvolvimento que fosse sustentável do ponto de vista ecológico, sócio-econômico e político. Deste modo, houve por parte das ONGs, um alargamento da compreensão do processo de modernização e desenvolvimento, uma vez que se faziam notáveis as adversidades e externalidades negativas provocadas no meio sociocultural, econômico e ambiental. Altieri aponta que mais precisamente na América Latina “as ONGs desenvolveram-se mantendo uma firme ideologia centrada nos problemas ecológicos relacionados com os sistemas agrícolas” (ALTIERI, 2002, p.73). E é justamente nesse cenário que vão se constituindo e se fortalecendo propostas alternativas ao modelo “produtivista” que orienta a concepção hegemônica de desenvolvimento para o meio rural.

No Brasil, segundo Almeida (1997), as ONGs foram as precursoras da utilização dos conceitos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável. O discurso do desenvolvimento rural sustentável é um dos mais recentes incorporados pelas ONGs, que demonstra, pelo menos a nível discursivo, a incorporação de idéias de cunho ambientalista como norteadoras da ação e reflexão de um outro desenvolvimento, expressa na linguagem das ONGs na crença em um “modelo alternativo de desenvolvimento rural”.

Como pode ser percebido através análise da trajetória das ONGs, na medida em que as condições estruturais e conjunturais do momento histórico vivido mudam, as ONGs também mudam suas orientações metodológicas, teóricas e concepções que embasam suas práticas, o que pode ser visualizado por meio de seus discursos e propostas, conforme explicitado na citação a seguir:

(...) a tentativa de caracterizar “a proposta” de um tipo de ONG, que dedique sua agência à temática do desenvolvimento rural, em um determinado período histórico, sempre se confronta com a diversidade concreta de orientações de suas ações e/ou com as distintas redes de interdependências institucionais que são criadas (DIAS e DIESEL, 1999, p.2).

Nesse sentido, retomando a discussão da autonomia<sup>7</sup> das ONGs, Dias e Diesel (1999, p. 2) afirmam que ao contrário do que se tem divulgado “a ONG mostra-se como organização que não detêm ampla autonomia, [pois] apresentam-se como dependentes de outros agentes sociais”. Esses agentes que fazem parte de sua rede de relacionamentos são responsáveis por garantir a legitimidade

---

<sup>6</sup> Os CTAs davam ênfase à produção, mas não se limitavam a cursos e formação técnica, isto é na dimensão produtiva da agricultura alternativa, havia a intenção de contribuir para a formação política dos agricultores e técnicos envolvidos (DIAS, 2004).

<sup>7</sup> Cabe aqui o conceito de autonomia referenciado por Coelho (2005, p.112) “trata-se daquele que é capaz ou tem o poder de dar a si mesmo a norma e a regra”.



de sua existência e atuação, e concomitantemente, capital monetário e capital simbólico, isto é, necessitam de reconhecimento das instituições financiadoras e do público beneficiário. Os mesmos autores ainda desmistificam a idéia da superioridade das propostas das ONGs para o desenvolvimento, apresentando os limites impostos a estas, visto que não são tão autônomas quanto imaginado, já que mudam de proposta na medida em que os financiadores mudam de área a ser financiada.

(...) a proposta assumida pela ONG em um determinado momento é produto, sobretudo das interações que estabelece mais do que de um processo continuado de reflexão sobre sua experiência. Desta forma, não haveria porque pressupor, a priori, a superioridade da proposta das ONGs (DIAS e DIESEL, 1999, p.9).

Isso pode ser notado atualmente a partir do redirecionamento dos repertórios das ONGs que atuam na promoção do desenvolvimento rural, que gradativamente vão deixando velhos repertórios como o atendimento primeiro à dimensão econômica, das necessidades básicas da população beneficiária e passam a englobar privilegiadamente outras, como a dimensão ecológica. Isso significa para as ONGs que lidam diretamente com o agricultor, optar pelo incentivo e assessoria às práticas na agricultura que atendam a dimensão ecológica, confirmando que são dependentes das forças que estão em jogo, conformadas por disputas e demandas que partem tanto do público-alvo e quanto das agências financiadoras.

Esse redirecionamento da proposta das ONGs também sofre influência de mudanças de orientações teóricas que dão embasamento ao trabalho das ONGs. Segundo Dias e Diesel (1999), até o final da década de 1980, as ONGs simpatizavam-se pelas construções teóricas neomarxistas. O aporte teórico marxista desempenhou um papel significativo para a formação intelectual dos profissionais das ONGs, chamando atenção para a centralidade dos processos de “conscientização” ou “sensibilização” dos atores e na construção de propostas coletivas de ação quando se almeja mudanças sociais.

A partir da década de 1990, a leitura neomarxista do desenvolvimento, até então predominante nessas entidades, entra em crise. Diante disso, tem-se a tentativa de construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista, já que este não possibilitaria, na nova configuração mundial, a explicação satisfatória dos fenômenos sociais insurgentes (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Nesse mesmo sentido, Dias e Diesel (1999, p.4) observam que “no momento da crise do discurso e projeto social neomarxista, salienta-se a emergência de um novo referencial nos fóruns de discussão sobre o desenvolvimento”. Esse novo referencial está embasado por três reflexões genéricas distintas: a reflexão das “necessidades básicas”<sup>8</sup>, a reflexão dos “estilos de desenvolvimento” advinda dos estudos de desenvolvimento formulados por economistas latino-americanos da CEPAL e a reflexão crítica do movimento ecológico ao desenvolvimento. Assim “o encontro entre estas tendências tem como pauta comum o projeto de um ‘modelo alternativo de desenvolvimento’” (DIAS e DIESEL, 1999, p.5).

As ONGs que se dedicam ao desenvolvimento rural em prol de um “modelo alternativo de desenvolvimento”, terão como população-alvo de suas ações uma categoria específica de agricultores, denominada primeiramente por “camponês”, “pequeno produtor” ou “pequeno proprietário”, transitando em meados da década de 1990, para a categoria “agricultor familiar”, entrando em consonância com definições das políticas públicas.

---

<sup>8</sup> Originou-se nas instituições de cooperação internacional na segunda metade da década de 1970 que previa a reorientação dos programas nacionais de desenvolvimento em favor ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos mais pobres.

A mediação das ONGs está imbricada por um ideal de postura diferenciada por parte dos técnicos que as compõem, geralmente caracterizados por um perfil profissional crítico ao “modelo de desenvolvimento”, por um passado atravessado pela militância, com formação política definida, e boa capacidade de articulação e mobilização dos grupos-alvo de sua intervenção. Esse técnico disciplinou seu olhar e sua leitura da realidade a partir das teorias neomarxistas, principalmente em sua abordagem sobre campesinato, bem como por abordagens realizadas por pesquisadores das ciências agrárias críticos da Revolução Verde.

Em termos de práticas, as ONGs de desenvolvimento rural tendem a privilegiar as intervenções participativas, pelo menos ao nível discursivo, sendo estas intervenções entendidas, segundo a concepção de Alencar (1990), como aquelas que têm como protagonista a população-alvo, chamando-a à participação e buscando envolvê-la durante todo o processo de intervenção, gerando nestas capacidades de se organizarem a fim de decidir coletivamente sobre seus problemas potenciais e soluções. As ONGs geralmente priorizam a aplicação de diagnósticos participativos e lançam mão de métodos como a pesquisa-ação ou pesquisa participante para melhor conhecimento da população com que irá conjuntamente trabalhar. Por isso, e por outros motivos, as ONGs são aludidas como fontes interlocutoras capazes de “dar voz” àqueles que não têm voz.

Nesse processo de mediação, em que o conhecimento, as necessidades e os desejos da população são considerados, o conhecimento científico passa a desempenhar um papel auxiliar na apreensão e explicação da realidade, visto que o conhecimento do técnico passa a ser considerado uma das ferramentas para mudança almejada, porém não a única condição necessária.

## **Considerações Finais**

As ONG dedicadas ao desenvolvimento rural possuíam como propósito intervir na realidade dos “pequenos agricultores”, e surgiram de forma que representassem um movimento contrário aos paradigmas da agricultura convencional e à lógica operante na política macroeconômica do Estado. Política esta, que era interpretada por seus críticos como responsável, em grande parte, pelo processo de expropriação, degeneração da cultura camponesa, êxodo rural e degradação ambiental regional. Essas organizações, sobretudo período da ditadura militar, buscavam idealmente uma intervenção que ocorresse de modo completamente diferenciado do tipo de intervenção que o Estado propunha e praticava. Aliás, boa parte do sentido de sua existência residia aí. Nesse primeiro momento a afirmação político-ideológica das ONGs, posicionando-se “ao lado dos movimentos sociais” e “de costas para o Estado” era latente, uma vez que construía seu projeto a partir da elaboração crítica ao modelo de desenvolvimento apoiado pelo Estado, estabelecendo uma identidade opositora a este, em diálogo com os movimentos sociais.

Contudo, vimos que essa postura institucional será transformada na década de 1990, mudando paulatinamente a forma de relacionamento destas organizações com o Estado. Esta década traz consigo a afirmação do projeto de redemocratização do país, criando oportunidades para o “surgimento” de uma multiplicidade de atores coletivos e identidades que superam as categorias analíticas da leitura marxista, o que demandou um alargamento da base analítica para além da categoria “classe social” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Assim, as influências

neomarxistas, até então predominantes como base teórico-analítica das ONGs, perdem espaço para novas abordagens, que serão determinadas por “novas” demandas sociais.

Essas “novas” demandas ganham destaque com a mobilização em torno da preparação e realização das Conferências Mundiais das Nações Unidas, que estimula a criação de fóruns de discussão relacionados especialmente à problemática sócio-ambiental, contando com intensa participação da sociedade civil organizada e possibilitando maior intercomunicação entre os movimentos sociais (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Entre essas Conferências, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, como visto, inseriu a discussão ambiental na pauta nacional, e somada aos eventos preparatórios a esta foram importantes para a definição da identidade e reconhecimento social do nome ONG. Sherer-Warren e Lüchmann (2004) salientam ainda a oportunidade que os eventos preparatórios para a Eco-92 e outros, como o Fórum das ONGs e Movimentos Sociais, criaram no que diz respeito ao estímulo para parcerias entre sociedade civil e poder público.

Além disso, outro fator essencial para o fortalecimento das “parcerias público-privadas” será o contexto ensejado pela globalização neoliberal. Nesse processo, as ONGs cumprem papel primordial, (re)significando a forma de intervenção social do Estado, baseando-se nos princípios de participação e cidadania. Desta forma, as ONGs dedicadas ao desenvolvimento rural, que até então percebiam o Estado como adversário, passam progressivamente a percebê-lo como parceiro das ações e programas sociais que visavam o desenvolvimento de comunidades. Em função da importância do apelo às questões ambientais e da visibilidade que os movimentos ambientalistas conquistam no cenário mundial, a demanda pela promoção do desenvolvimento aliado à conservação dos recursos naturais irá daqui pra frente, constituir-se em pré-requisito das agências financiadoras de projetos em países em desenvolvimento, o que influenciará a mudança na retórica das ONGs de desenvolvimento localizadas nos países em desenvolvimento.

No campo da orientação teórica e metodológica, vimos também que no primeiro momento, as teorias neomarxistas foram predominantes na concepção teórica norteadora das ações das ONGs, seguida pelas teorias do Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Local e mais recentemente pela teoria do Desenvolvimento Local Sustentável, fundamentado nos estudos da Agroecologia e da etnoecologia. A orientação pedagógica e metodológica que ancorou desde o princípio a relação entre o técnico das ONGs e o agricultor esteve permeada pela concepção de educação popular de Paulo Freire. Inovações metodológicas foram surgindo e incorporadas ao longo de sua trajetória como a pesquisa ação, pesquisa participante, bem como os diagnósticos participativos.

Uma das primeiras frentes de atuação das ONGs dedicadas ao desenvolvimento rural baseava-se na assessoria ao movimento sindical e no apoio aos movimentos populares, na luta pela terra e acesso ao crédito rural, fortalecendo as articulações políticas, apoiando os sindicatos e as organizações dos trabalhadores rurais. Mais tarde, as articulações e parcerias das ONGs vão crescendo e se intensificando, por meio da ação em redes e da ampliação dos agentes financiadores.

Como pode ser observado, as ONGs de desenvolvimento rural de modo geral tem se pautado por estratégias de ação que objetivam intervir no contexto da produção de modo a assessorar e fortalecer os sistemas produtivos e a organização política dos agricultores. Ao mesmo tempo, estrategicamente, não se restringem apenas ao local, por meio de ações pontuais, mas visam estabelecer relações para além do local, inserindo-se em redes de discussão e relacionamento com outras organizações da sociedade civil e atores sociais diversos, constituindo meios necessários para que a produção familiar

chegue ao mercado consumidor, visando ainda criar uma rede de assistência, pressão e defesa dos interesses dos agricultores familiares.

Contudo, é arriscado dizer, de modo generalizado, a maneira que as ONGs se relacionam com seu público, por meio de suas propostas, projetos e influências diversas. Portanto, pode-se esclarecer mais concretamente essa questão, analisando suas propostas, fundamentos teóricos, métodos e articulações que estabelecem ao longo de sua trajetória. Observa-se que as mudanças nas orientações teóricas, metodológicas, as mudanças estruturais nas políticas públicas e no próprio cenário conjuntural internacional influenciam discursivamente nas propostas das ONGs. Essas inovações discursivas, que em grande medida influenciam na forma de intervenção da organização, podem ser notadas através de uma profunda e rigorosa análise documental da trajetória de uma organização e das narrativas dos atores envolvidos. Assim, será possível perceber como determinada organização vai transformando sua retórica, suas estratégias de ações, incluindo novos conceitos e alterando nomeações referentes ao público com quem trabalha.

## Referências Bibliográficas

- Alencar, E. (1990) Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. *Caderno de Administração rural*. Lavras: UFLA, v.2 n.1, p.23-43.
- Almeida, J. (1997). Da idéia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida, J. e NAVARRO, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Almeida, S. G e Petersen, P. (2004) *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da rede PTA*. Projeto Olhar crítico.
- Altieri, M. e Maserà. (1997). Desenvolvimento rural na América Latina: construindo de baixo para cima. In: Almeida, J e Navarro, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.
- Altieri, M. (2002) *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba, Rio Grande do Sul: AS-PTA.
- Altieri, M. (2002) Agroecología: principios e estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: Sarondón (org.). *Agroecologia: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: Ediciones Científicas Americanas.
- Brandão, C. R. (1984) *Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Coelho, F. M. (2005). *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: Ed. UFV.
- Dias, M. M.; Diesel, V. (1999) A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica. *Extensão Rural (Santa Maria)* v.5, n.1, p.31-45.
- Dias, M.M. (2004). As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Fernandes, B.M. (1998) *Gênese e desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação MST. São Paulo.
- Gohn, M. G. (2006). *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ªed. São Paulo: Editora Loyola.

- Gohn, M. G. (1997) *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- Guzmán, E. S. (2005) Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.
- Kiener, C.I. (2001) ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO. Dissertação de Mestrado em Extensão rural. **Viçosa: UFV**.
- Landim, L. (1993). A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da UFRJ. **Rio de Janeiro: MN/UFRJ**.
- Novaes, R. (1994) A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: Medeiros et al, *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp.
- Senna Filho, A. R. (1994). Organizações não-governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e Democracia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v.15, n.45, p. 42-65.
- Sherer-Warren, I. (1995). ONGS na América Latina: trajetória e perfil. In: Viola, E.d. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Sherer-Warren, I; Lüchmann, L.H.H. (2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política*. Florianópolis: Cidade Fortuna.
- Scherer-Warren, I. (2005). Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.